

A ORALIDADE EM PROCESSO: UM RECORTE ANALÍTICO A PARTIR DA HISTÓRIA INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DE CACEQUI NA VOZ DOS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

Juliano de Melo da Rosa – PPG-UFSM.

Dr. Jorge Luiz da Cunha – UFSM.

A complexidade é uma evidência que nossa sociedade não pode mais deixar de considerar em qualquer movimentação, sob pena de ultrajar inúmeras constituições elaboradas no seio de diversas comunidades. As transmutações (aquilo que se elabora por reação) e as constantes alterações específicas de construções realizadas em meios diferenciados é um exemplo bastante significativo das diversas possibilidades de organização existentes dentro de uma sociedade.

A apreensão de peculiaridades dentro deste novo contexto societário torna-se cada vez mais uma tarefa 'pesada'. A carga é onerosa em pelo menos dois níveis: 1) no sentido de imobilizar ações até certo ponto de vista bastante simples e 2) no deslocamento constante de situações anteriormente fixas e previsíveis. Com isto, não se pode simplesmente achar que adequações promovidas e pré-estabelecidas de acordo com graus de eficiência serão suficientes para desenvolver análises sócio-estruturais.

Vários autores e filósofos desenvolveram fundamentações bastante aprimoradas para a realização de apreciações analíticas mais refinadas e específicas. FOUCAULT (1981), destacou a forma como cada sociedade possui seu regime de verdade, sua política geral de verdade. Trazendo para o contexto de discussão científica os tipos de discurso que esta sociedade acolhe e põe em funcionamento (verdadeiros ou falsos), as maneiras de sancionar uns e outros; as técnicas e os procedimentos otimizados e conseqüentemente valorizados por meio de obtenção da verdade; o estatuto de quem é o responsável por dizer o que funciona como verdadeiro. Em nossas sociedades, a economia política da verdade se caracteriza por cinco traços historicamente fundamentais:

- A verdade centrada na forma do discurso científico e sobre as instituições que o produzem, submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica como para o poder político);
- A submissão a diversas formas, de uma imensa difusão e consumo (circulando em aparatos de educação ou de informação cuja extensão é relativamente ampla no corpo social, apesar de algumas restrições limitativas);
- A produção e a transmissão sob influência e controle não exclusivo, porém dominante de alguns grandes aparatos políticos e econômicos (universidade, exército, literatura, meios de comunicação);
- E o constante enfrentamento do debate político e social (lutas ideológicas). (pgs. 143-144).

A ordem disciplinar imposta as diferentes sociedades com técnicas minuciosas de coerção e metodologias de esquadramento e adestramento não são acontecimentos isolados, tampouco, perceptíveis. A sutileza das naturalizações promovidas pela institucionalização é uma característica que determina aquilo que é sublimado como mais importante e crucial para a continuidade histórica de determinados grupos. Nesta movimentação, na maioria das vezes o que ‘vem à tona’, é a ideologia de um determinado fluxo dominante. O que por sua vez, não é necessariamente o que de fato foi mais importante ou o mais significativo em determinado processo evolutivo. Tal situação pode ser vista quando se revisa os protocolos de agregação histórica utilizada para a contagem de fatos e para a delimitação das passagens de tempo nas diferentes sociedades ocidentais. A ordenação se dá sempre pela ótica protocolar da cultura dita mais evoluída. O que por si só já é uma possibilidade impositiva muito forte e limitadora de outras perspectivas evolutivas. No entanto, sabe-se que, mesmo sob forte imposição, vários acontecimentos periféricos saltam os ‘muros’ demarcatórios da verdade maior e acabam marcando profundamente a evolução de um povo.

Com esse propósito, procuro estabelecer nesse estudo, um contato com o passado objetivando trazer a tona fatos e acontecimentos menos importantes no contexto

organizativo da planificação histórica dominante. Para tanto, foi necessário mudar a referência analítica e compreensiva das relações históricas que derivaram para o momento presente, lançando mão da metodologia de história oral, que vem se fortalecendo como uma alternativa à história que nos é contada.

Desse modo, estudo a educação na cidade de Cacequi, mais especificamente, a história da Educação Física na rede municipal de ensino, no período da ditadura militar (1964-1985). O trabalho tem o objetivo principal, de restabelecer historicamente essa disciplina nos vinte e um anos em que vigorou o regime militar no país. Isso foi realizado através do agrupamento e análise de todos os registros possíveis relativos à institucionalização do ensino na região de Cacequi, aliado a realização de entrevistas de histórias de vida com professores da rede municipal de ensino que estiveram envolvidos com o desenvolvimento da Educação Física formal e que, pela natureza de suas atividades, tiveram suas vidas, profissional e privada, determinadas pelas influências resultantes de suas interações nesse particular meio social.

Este procedimento se configura como uma ação bastante simples em um primeiro momento, mas trata-se de uma ação decisiva como proposta científica, ao passo que permite pensar, analisar e interpretar a participação da Educação Física em um contexto histórico específico profundamente importante para o Brasil, através de outras perspectivas, permitindo, ao mesmo tempo, restabelecer a sua significação na vida daqueles que se dedicaram ao seu ensino. Essa forma de caracterização traduz a realidade de forma muito particular e, pela natureza de seu processo, tornou-se significativa, não só a caracterização a que se propõe o presente estudo, mas àqueles que participaram da pesquisa,

Dessa forma, a investigação seguiu primeiro pelos registros que contam a história oficialmente aceita no país. Inúmeras evidências apontavam para uma Educação Física com caráter fundamentalmente tecnicista no período educacional em questão. Entretanto, quando em um segundo momento, o enfoque investigativo mudou seu curso, o panorama mudou, consideravelmente, com ele. Esse momento corresponde a

ressignificação da disciplina através da ótica dos sujeitos que a construíram historicamente, ou seja, aqueles que de uma maneira ou de outra, trabalharam em sua implementação no currículo escolar municipal. A consideração de toda uma multiplicidade de pontos de vista, tornou possível a reunião, de forma privilegiada, de uma série de condições que deram a falar da operacionalização da Educação Física institucionalizada em Cacequi, durante a ditadura militar, evidenciando, não mais uma concepção exclusivamente utilitarista, mas integrando uma outra noção em seu entendimento, qual seja, uma concepção humanista. O que é importante salientar, é que, de qualquer modo, esta última não esconde uma série de fatores envolvidos no processo de desenvolvimento da Educação Física escolar no município de Cacequi, que podem ser considerados negativos em relação a uma educação de boa qualidade.

Em meio aos traços característicos da educação regional na Ditadura Militar, encontram-se evidências de um ensino da Educação Física desenvolvido por professores sem formação reconhecida para a função - fato esse que tem implicações diretas, em uma perspectiva mais ampla, na configuração da 'harmonia' escolar – a instituição ou, mais precisamente, a manutenção de uma concepção de homem fragmentado – objetivada no binômio corpo e mente, em que pese fundamentalmente o modo como o movimento humano foi encarado pelos professores colaboradores, no estudo; o estabelecimento de relações de ordem fundamentalmente diretiva entre professores e alunos, as condições precárias de recursos materiais para o desenvolvimento das propostas pedagógicas vigentes.

De fato, o governo federal procurou utilizar a Educação Física como um instrumento ideológico que lhe permitisse estabilidade político-administrativa frente ao Estado. Na verdade, isso também ocorreu com outras disciplinas, como a História, da Educação Moral e Cívica, os Estudos de Problemas Brasileiros e com a Organização Social e Política Brasileira. A partir dessa compreensão, o processo investigativo exigiu uma atenção especial na relação que se estabeleceu entre professores e o poder do Estado na constituição da Educação Física escolar no município de Cacequi, considerando, para tanto,

o seu contexto. Ambos estavam envolvidos em uma modernidade na qual os aspectos regulatórios e coercitivos se tornaram preponderantes em virtude das relações de poder que se estabeleceram na sociedade brasileira e no mundo de forma geral, o que por si só exerceu profundas influências na sociedade, através dos tempos.

De qualquer forma, as relações estabelecidas no contexto brasileiro e algumas transformações sofridas pelo conceito de educação no país acabaram entrando, ao que tudo indica, em desacordo com os interesses do governo federal, que desejava e buscava estratégias para estabelecer um amplo controle sobre a sociedade. Na tentativa de interpretar esse fenômeno à luz da ciência, utilizei dois conceitos que permitiram uma melhor compreensão da situação conjuntural Brasileira. São duas noções utilizadas por MORIN (2002), formando corpo nos estudos a respeito da complexidade. Trata-se do conceito de Sistema e do conceito de Ecologia da Ação.

Nesse estudo, particularmente, a compreensão de sistema passa pelo entendimento de uma série de fatores estruturais e funcionais, entre eles, a reunião de diferentes elementos de forma interativa, ordenada e organizacional, envolvendo processos de organização, desorganização, reorganização e virtualização de desvios incompatíveis com uma integridade sistêmica. Esses processos organizacionais de correção de desvios ocorrem por regulações próprias aos sistemas, que tornam possível a existência e a geração de emergências – resultados ou elementos novos que surgem através da organização – que mantém uma relativa coerência com uma unidade complexa/sistêmica¹.

De acordo com MORIN:

“A teoria do sistema ganha vida onde há vida, e seu maior interesse teórico se envolve ao nível das sociedades humanas, que por outro lado seria grosseiro e mutilante reduzir à noção de sistema”. (2002, p. 190).

¹ Ver Recursividade em Morin (2002, p231).

Nessa ordem, a noção dada ao conceito de ecologia da ação, vem ao encontro de uma compreensão não simplificadora das vidas e das sociedades, ao passo que não as reduz a um único processo. Para tanto, nesse trabalho, a ecologia da ação remete ao entendimento de um certo grau de controle e determinação ou, de outra forma, a um certo grau de descontrole e indeterminação em relação aos resultados das ações e interações entre os seres vivos, em sociedade. Assim, lançando mão desses conceitos, foi possível interpretar e produzir algumas explicações acerca da Educação Física institucionalizada, no período da Ditadura Militar, em Cacequi.

Deste modo, ainda, outras considerações puderam ser estabelecidas. Entre elas, a constatação de que a Educação Física foi uma disciplina utilizada politicamente pelos governos durante o Regime Militar, não no sentido de uma verdadeira democracia política voltada para conquistas de melhores condições existenciais para as pessoas, mas como instrumento ideológico e de alienação a serviço do Estado, objetivando o impedimento de mobilizações que permitissem verdadeiras transformações sociais. Portanto, aprisionada em uma relação vertical de poder. Contudo, a própria ação sistemática do aparelho central de governo, por meio de retroações negativas sobre a sociedade brasileira; no caso específico dessa investigação, a existência de forças coercitivas e domesticadoras da ação corporal no aprender-ensinar Educação Física, não conseguiram atender satisfatoriamente as aspirações governistas. Desordens mais ou menos subterrâneas, diante do risco e da opressão, geraram condições de liberdade que ultrapassaram os limites impostos aos corpos, as mentes e aos espíritos, o que significa dizer, aos homens que viveram aquele período.

Isso pode ser compreendido, de outro modo, na própria relação estabelecida entre professores e o poder do Estado na constituição da Educação Física escolar em Cacequi. De modo consciente ou não, ao seu jeito, os três colaboradores entrevistados, através das suas diferentes formas de estar e ser no mundo, revelaram sua resistência, seus medos e suas dúvidas sobre quais as verdades válidas no tempo em suas vidas, durante o regime militar. Essas resistências e inquietações auxiliaram a construir a ação e a

inércia, a aceitação e a negação, algumas vezes ao mesmo tempo, por parte dos professores, em relação ao sistema autoritário que havia sido estabelecido no Brasil, demonstrando que o Estado construiu as condições de sua própria decadência.

Nessa ordem, a cultura corporal dessa sociedade em particular (Cacequi), foi bem mais valorizada do que nos conta a história oficial, mesmo tendo sofrido tentativas, muitas vezes com sucesso, de limitar os sujeitos a força de trabalho. Isso, está claro, não foi intenção do Estado autoritário, que desejava o máximo de controle para a estabilidade político-administrativa no país, mas o que acabou ocorrendo na tessitura de relações que formam o conjunto de sistemas que chamamos de sociedade. Nesse contexto extremamente complexo, as ações ganharam rumos que assumiram, formas bem diferentes do que se desejava que tivessem, dificultando, mas não desintegrando a liberdade, a identidade e as possibilidades de cada vida.